



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE  
DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – HCFMUSP  
HCX FMUSP

PROCESSO SELETIVO 2026 | PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA

## 004. PROVA OBJETIVA

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

### SERVIÇO SOCIAL

(OPÇÕES: 006, 009, 018 E 035)

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 30 questões objetivas, e o caderno de prova dissertativa.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva e dissertativa é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue suas provas, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova dissertativa, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**01.** O trabalho, como fundamento ontológico do ser social, não é obra de um indivíduo, mas da cooperação entre homens, por meio do qual responde a necessidades sócio-históricas e produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e a cultura. Sendo objetivado socialmente, de modo determinado, o trabalho permite o desenvolvimento de mediações que institui a diferença do ser social, em face de outros seres da natureza.

As mediações para a construção do ser social não são dadas, são elaboradas no processo histórico, como capacidades essenciais postas em movimento por meio de sua atividade vital, a saber: a consciência, a universalidade, a liberdade e a

- (A) produtividade.
- (B) criatividade.
- (C) resiliência.
- (D) sociabilidade.
- (E) potencialidade.

**02.** Os defensores da “nova questão social” partem do pressuposto de que as mudanças ocorridas no mundo capitalista contemporâneo, caracterizadas pelos impactos das inovações tecnológicas, pelo aparecimento de novas formas de pobreza e pelo posicionamento político da classe trabalhadora, marcam uma ruptura com a “antiga questão social”. Na contraposição dessa ideia, está a tese de que a questão social está elementarmente determinada pela relação capital/trabalho que, a depender dos diferentes momentos históricos e das variadas conjunturas sociais, assume novas expressões.

Nessa perspectiva, é correto afirmar que a questão social, em sua íntima vinculação com o processo de reprodução capitalista, reformula-se e redefine-se, mas permanece substantivamente a mesma, por tratar-se de uma questão

- (A) atemporal.
- (B) estrutural.
- (C) moral.
- (D) subjetiva.
- (E) imutável.

**03.** A discussão sobre direitos no Brasil ganhou força social e política a partir do enfrentamento à ditadura militar, que teve seu início em 1964. O marco mais significativo do período da transição democrática foi a promulgação da Constituição Federal de 1988. No texto constitucional estão consignados os direitos fundamentais da pessoa humana e os meios para a sua garantia.

A corrente histórica que concebe os direitos como conquista da evolução humana e não como um mero dado da natureza explicita os direitos humanos por gerações, tratados pelas Cartas Constitucionais modernas na sua dimensão

- (A) originária.
- (B) genérica.
- (C) independente.
- (D) avançada.
- (E) cumulativa.

**04.** Uma possível classificação de Estados de Bem-Estar é aquela na qual a política social assume papel ativo, de acordo com o regime político que os orientam. Nessa perspectiva, no regime liberal prevalecem os benefícios modestos, voltados para grupos de baixa renda e estigmatizados. No regime conservador-corporativo, o Estado subsidia outras instituições intermediárias e organizações voluntárias.

Por fim, no regime social-democrata, embora não exista um igualitarismo absoluto, esse modelo de Bem-Estar desenvolve serviços sociais universais, tendo como principal agente de provisão social

- (A) a família.
- (B) o mercado.
- (C) a sociedade.
- (D) o Estado.
- (E) o capital.

**05.** Entre as primeiras iniciativas de constituição da Seguridade Social no século XX, está o modelo bismarckiano, na Alemanha, considerado como um sistema de seguros sociais, o qual o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior, efetuada pelos empregados e empregadores. Já no sistema Beveridgeano, da Inglaterra de 1942, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos, garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade.

No Brasil, apesar de intencionar compor um sistema amplo de proteção social, a Seguridade Social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga três ordens de direitos: os derivados e dependentes do trabalho, os de caráter universal e os direitos

- (A) seletivos.
- (B) complexos.
- (C) difusos.
- (D) amplos.
- (E) homogêneos.

**06.** O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social. Composto por unidades de provisão de proteção social, o SUAS integra ações, serviços, benefícios, programas e projetos voltados ao atendimento de um conjunto de necessidades, particularmente dos segmentos mais vulneráveis da sociedade e os indivíduos e famílias em situação de risco social.

A territorialização, como eixo estruturante do SUAS, possibilita orientar a proteção social de Assistência Social na perspectiva da prevenção, proteção pró-ativa, universalidade de cobertura de suas demandas e no planejamento da localização de uma rede socioassistencial

- (A) setorizada.
- (B) autônoma.
- (C) hierarquizada.
- (D) funcional.
- (E) determinante.

**07.** As proteções sociais, básica e especial, são ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de Assistência Social.

De acordo com o art. 6º-C (§ 2º) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou

- (A) vulnerabilidade.
- (B) contingência.
- (C) fragilidade.
- (D) hipossuficiência.
- (E) precariedade.

**08.** A saúde é um direito fundamental do ser humano e é dever do Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Conforme determina o art. 19-I da Lei nº 8.080/1990, são estabelecidos, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o atendimento e a internação domiciliares.

Essas modalidades só poderão ser realizadas por indicação médica, com expressa anuência da gestão da unidade receptora e a concordância do paciente e

- (A) de seus cuidadores.
- (B) do órgão gestor.
- (C) do conselho de saúde.
- (D) de autoridade judicial.
- (E) de sua família.

**09.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, sendo penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as medidas socioeducativas.

Ainda, o ECA determina, em seu art. 112 (§ 3º) que os adolescentes autores de atos infracionais, portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em

- (A) local adequado às suas condições.
- (B) unidades hospitalares.
- (C) espaço de reclusão adaptado.
- (D) recolhimento domiciliar.
- (E) plantões especializados.

**10.** Conforme estabelece o art. 15 (§ 1º) da Lei nº 10.741/2003, a prevenção e a manutenção da saúde da pessoa idosa serão efetivadas por meio de atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios, unidades geriátricas de referência e atendimento domiciliar e incluindo a internação daquelas impossibilitadas de se locomoverem, abrigadas e acolhidas por instituições, nos meios urbano e rural.

Ainda de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, constitui-se medida preventiva e garantidora da sua saúde a realização de cadastramento da população idosa em

- (A) campanhas periódicas.
- (B) comunidades terapêuticas.
- (C) base territorial.
- (D) sistemas de acompanhamento.
- (E) unidades privadas.

**11.** A Lei Maria da Penha prevê a integração operacional das diversas políticas públicas e dessas com o Sistema de Justiça, no atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. De acordo com o art. 30 da Lei nº 11.340/2006, no que se refere à assistência judiciária, profissionais das áreas de saúde, jurídica e psicossocial devem compor uma equipe de atendimento multidisciplinar dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Compete a essa equipe fornecer subsídios ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou em audiências e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, os familiares e

- (A) o agressor.
- (B) a comunidade.
- (C) os agentes policiais.
- (D) os profissionais da rede.
- (E) os conselheiros.

12. Conforme determina a Política Nacional para a População em Situação de Rua, considera-se esse segmento, como o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Entre os princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, destaca(m)-se

- (A) a diversificação das políticas públicas em cada nível de governo.
- (B) a integralidade de financiamento pelo poder público local.
- (C) a flexibilidade do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.
- (D) o direito à convivência familiar e comunitária.
- (E) o estímulo à proatividade laborativa e autoestima.

13. Conforme a Lei nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, o paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida. A internação psiquiátrica, seja ela voluntária, involuntária ou compulsória, somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

Ainda de acordo com a referida lei (art. 7º, parágrafo único), o término da internação voluntária dar-se-á por solicitação escrita do paciente ou por determinação

- (A) da família.
- (B) do juiz.
- (C) do médico assistente.
- (D) do Conselho.
- (E) da equipe multiprofissional.

14. A Lei nº 13.146/2015 foi criada para assegurar direitos fundamentais de pessoas com deficiência (PCD), visando sua inclusão e cidadania. Em se tratando da habilitação e reabilitação profissional da pessoa com deficiência, determina o art. 36, da citada Lei, que o poder público deve implementar serviços e programas completos com essa finalidade para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, com o respeito a sua livre escolha, sua vocação e

- (A) sua experiência anterior.
- (B) seu interesse.
- (C) sua necessidade financeira.
- (D) seus limites.
- (E) sua faixa etária.

15. Uma das correntes filosóficas que influenciaram os anos iniciais do Serviço Social brasileiro foi o conservadorismo católico, fundamentado na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga e no pensamento tomista e neotomista. Na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos, a profissão entra em contato com o Serviço Social norte-americano, cujas propostas de trabalho voltavam-se para atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista e às requisições de um Estado que começa a implementar políticas no campo social.

Nesse contexto, constitui-se um arranjo teórico-doutrinário, caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico, que reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador, inspirado na matriz

- (A) funcional-crítica.
- (B) inovadora.
- (C) sócio-histórica.
- (D) dialética.
- (E) positivista.

16. A metodologia dialógica, que se apropria também da visão de pessoa e comunidade, dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em suas vivências, colocando para o Serviço Social a tarefa de auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo das pessoas.

Essa tendência, que prioriza as concepções de pessoa, diálogo e transformação social dos sujeitos, como forma de reatualização do conservadorismo presente na profissão, é uma das vertentes que influenciou o Serviço Social brasileiro, cujas referências teóricas foram buscadas

- (A) na fenomenologia.
- (B) no marxismo.
- (C) na sociologia política.
- (D) no padrão histórico-legal.
- (E) no idealismo utópico.

17. O debate acerca da relação entre teoria e prática, no âmbito das ciências humanas e sociais, é de longa data e aporta diferentes perspectivas de análise. Apreender cognitivamente a realidade, demonstrando a capacidade interventiva do ser humano é uma discussão presente desde o pensamento iluminista, passando pelo empirista, até o idealista-filosófico. Na esteira crítica dessas teorias e nas análises balizadas por Marx, está a concepção histórico-materialista de reprodução ideal da realidade concreta, entendida como unidade dialética entre teoria e método.

É nessa direção que aparece a práxis, como categoria fundante de seu pensamento e como categorias centrais do método em Marx: a totalidade, a contradição e a

- (A) dedução.
- (B) mediação.
- (C) abstração.
- (D) conformação.
- (E) subjetivação.

- 18.** No âmbito do Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-americano, definiram-se diversas tendências voltadas à fundamentação teórico-metodológica da profissão. Uma das vertentes de análise que emergiram no contexto desse Movimento e que se torna hegemônica no Serviço Social brasileiro é a marxista. Trata-se de uma apropriação teórica e de um posicionamento sócio-político comprometido com a ruptura com o Serviço Social tradicional.

Esse referencial analítico remete à abordagem da profissão como componente da organização da sociedade, inserida na dinâmica das relações sociais, participando do processo de sua

- (A) transformação.
- (B) alternância.
- (C) superação.
- (D) reprodução.
- (E) ruptura.

- 19.** A dimensão técnico-operativa se constitui na forma de aparecer da profissão; é o modo pelo qual a profissão é conhecida e reconhecida. Em articulação com as dimensões teórico-metodológica e ético-política, a dimensão técnico-operativa é constituída de estratégias, táticas e habilidades utilizadas pelo profissional, necessárias à utilização dos diferentes recursos técnicos. Orientar, encaminhar, avaliar, planejar são ações profissionais que expressam o fazer profissional.

Já o conjunto de atividades que o profissional realiza, mobilizando instrumentos técnico-operativos, denomina-se

- (A) atribuições.
- (B) medidas.
- (C) procedimentos.
- (D) aptidões.
- (E) competências.

- 20.** Desde o final dos anos 1960 a interdisciplinaridade se torna objeto de pesquisa e passa a ser fortemente veiculada dentro e fora dos espaços acadêmicos como uma ação necessária, não apenas na esfera do conhecimento, mas também na da ação profissional. A interdisciplinaridade é tema transversal, que perpassa toda discussão teórico-metodológica da profissão, não se constituindo, no entanto, um método de investigação, uma técnica didática, um instrumento utilitário ou um princípio de homogeneização.

Ao buscar a pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, por meio da interlocução entre as áreas do conhecimento, a interdisciplinaridade é entendida como princípio constituinte da diferença e da criação e como

- (A) determinação institucional.
- (B) postura profissional.
- (C) regra padrão.
- (D) estratégia consolidada.
- (E) ação conservadora.

- 21.** O assistente social realiza sua intervenção a partir das expressões concretas das relações sociais, no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos. O cotidiano é apreendido como manifestação da história, no qual os agentes a produzem e reproduzem, fazendo-se e refazendo-se nesse processo social. A compreensão do cotidiano não se reduz a aspectos aparentes e triviais; ele é a expressão de um modo de vida, historicamente circunscrito, em que se verifica não só a reprodução de suas bases, mas onde são gestados os fundamentos de uma prática inovadora.

Assim, entender as demandas profissionais passa pela apreensão das situações vividas por indivíduos e famílias, condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, integrando o singular ao

- (A) institucional.
- (B) coletivo.
- (C) habitual.
- (D) subjetivo.
- (E) imediato.

- 22.** A questão social, considerada como a base fundante na especialização do trabalho do assistente social, precisa ser apreendida na contradição fundamental da sociedade capitalista; questão social que envolve sujeitos que vivem as desigualdades e a elas resistem e se opõem.

É nesta tensão, entre produção de desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados neste terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou fugir deles, pois

- (A) condicionam a transformação social.
- (B) determinam a superação das desigualdades.
- (C) ignoram as relações de classe.
- (D) tecem a vida em sociedade.
- (E) favorecem o consenso político.

- 23.** A discussão sobre o lugar da família no âmbito das políticas sociais, particularmente na Assistência Social, tem-se encaminhado a partir de duas perspectivas distintas. Uma que entende a família, mais que ser reconhecida como instância de cuidado e proteção, é uma instância a ser cuidada e protegida, enfatizando a responsabilidade pública. A outra que defende a centralidade da família, apostando na sua capacidade imanente de cuidado e proteção. A sustentação dessa linha de compreensão, que pode ser chamada de familista, está fundada na premissa que existem dois canais “naturais” para satisfação das necessidades dos cidadãos: a própria família e o mercado (via trabalho).

Nessa perspectiva, a intervenção do Estado se dá

- (A) temporariamente, na falha desses canais.
- (B) compulsoriamente, por demandas amplas.
- (C) continuamente, em caráter pontual.
- (D) pontualmente, em situação de urgência.
- (E) permanentemente, para atendimento global.

**24.** A profissão de Assistente Social é regulamentada pela Lei nº 8.662/1993, que estabelece como livre o exercício da profissão em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei; a designação profissional de Assistente Social é privativa aos habilitados para o exercício dessa profissão.

A referida lei estabelece ainda as competências do assistente social, entre as quais

- (A) planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
- (B) realizar treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.
- (C) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e população.
- (D) dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas.
- (E) assessorar e prestar consultoria a órgãos públicos, empresas privadas e outras entidades.

**25.** Existe uma distinção entre a compreensão tradicional do “fazer profissional” do Serviço Social como “prática” e do seu entendimento como “processo de trabalho”. Ao proceder apenas uma mudança terminológica de “prática profissional” para “processo de trabalho do assistente social”, sem uma compreensão teórico-conceitual, reitera-se o viés liberal de pensar a prática como atividade do indivíduo isolado.

Nessa lógica de classificação dos elementos do trabalho como um “modelo universal”, a tendência é pensar o fazer profissional do assistente social no seu circuito interno, ou seja, o “seu” processo de trabalho é deslocado das bases sociais de sua realização e tratado ao nível

- (A) das alianças intersetoriais.
- (B) da direção social da profissão.
- (C) das demandas histórico-sociais.
- (D) das estratégias ético-políticas.
- (E) da intencionalidade do profissional.

**26.** Historicamente, os assistentes sociais têm viabilizado a prestação de serviços, por meio do contato direto com os usuários no acesso e repasses de bens pertinentes às diversas políticas sociais. Nas ações de caráter individual, prevalece a entrevista como um dos principais instrumentos utilizados pelo assistente social.

Nas unidades de atendimento à saúde é comum o uso da entrevista para levantar dados e realizar estudos sociais dos usuários, com a finalidade de conhecer as variáveis socioeconômico-familiares e sanitárias que interferem

- (A) no processo saúde/doença.
- (B) na sua autoestima.
- (C) na contrapartida financeira do atendimento.
- (D) na infraestrutura da unidade.
- (E) na expectativa do paciente.

**27.** O assistente social deve conhecer e problematizar o objeto de sua ação profissional, a partir da apropriação de informações e análises consistentes, o que se denomina atitude investigativa. Trata-se de um movimento constante de busca, questionamentos e sistematizações, que possibilita uma ação profissional reflexiva, nutrida pela intencionalidade e pelo planejamento. Incorporar a postura investigativa supõe sua articulação com a dimensão interventiva, na medida em que a ação profissional é consequência e, ao mesmo tempo, subsídio para a investigação. A interdisciplinaridade é outra atitude que qualifica a investigação, diante da necessidade de conhecer mais e melhor as múltiplas expressões da questão social.

Nessa perspectiva, é correto afirmar que o tensionamento entre postura investigativa, intervenção profissional e interdisciplinaridade, possibilita uma ação profissional

- (A) conforme padrões preestabelecidos.
- (B) com finalidade descritiva.
- (C) marcada pela neutralidade.
- (D) com alcance social.
- (E) para além do âmbito de atuação.

**28.** O planejamento, como uma das funções do processo de gestão, destina-se a projetar a organização para o futuro e indicar os meios necessários para sua efetivação, durante um prazo determinado. A formalidade no trato do planejamento tende a considerá-lo como um documento exigido por alguma instância hierárquica superior, elaborado como um manual de passos a seguir.

Romper com essa perspectiva de planejamento e situá-lo como uma função gerencial dinâmica é um movimento central do ponto de vista administrativo, possibilitado pela incorporação da noção de planejamento estratégico, compatível com a concepção de gestão

- (A) moderna.
- (B) flexível.
- (C) democrática.
- (D) alternativa.
- (E) solidária.

**29.** Uma das atribuições do assistente social é formular, coordenar e executar projetos que materializarão o trabalho a ser desenvolvido. O projeto de trabalho deve condensar as possibilidades e os limites para execução das ações profissionais, articuladas aos elementos presentes no espaço sócio-ocupacional. São elementos constitutivos do projeto de trabalho: a identificação institucional e do espaço sócio-ocupacional dentro da realidade social, o reconhecimento dos usuários do serviço e das demais intervenções que compartilham o espaço com o Serviço Social.

Por fim, um elemento fundamental e essencial, que indica a direção social do projeto é a

- (A) postura independente.
- (B) filiação teórica.
- (C) expectativa institucional.
- (D) coesão metodológica.
- (E) dimensão subjetiva.

**30.** A supervisão de estágio é uma atividade sistemática, organizada em processos interativos para a aproximação e a relação entre os sujeitos envolvidos. O estágio é espaço privilegiado para que o aluno amplie as possibilidades de análise, compreenda as dimensões constitutivas das questões específicas que se põe ao campo, supere o nível de uma racionalidade imediata, adquira valores e vivências e participe da construção de contra-hegemonias.

Nessa perspectiva, é correto afirmar que essa relação entre estágio e supervisão deve ser direcionada ao perfil profissional proposto

- (A) pelos objetivos institucionais.
- (B) pelas demandas de mercado.
- (C) pelo parecer do supervisor acadêmico.
- (D) pelo projeto de formação profissional.
- (E) pela identificação com o campo de estágio.







